ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS NO BRASIL

CONFRONTING SEXUAL VIOLENCE AGAINST INDIGENOUS CHILDREN AND ADOLESCENTS IN BRAZIL

Marina dos Santos Martins Camargo¹

Lucas de Marco Cezar²

RESUMO

A violência sexual contra crianças indígenas é uma das diversas formas de violência sistêmica que atingem as comunidades indígenas brasileiras. Sua propagação por diferentes regiões do país e em aldeias de diferentes matrizes revela não somente uma persistência que merece a atenção da academia e dos entes estatais, mas também a existência de padrões que podem ajudar a compreender esse fenômeno e buscar por caminhos possíveis ao seu enfrentamento. A identificação desses padrões por entes estatais por meio de estudos multidisciplinares é essencial para que esses possam optar pelos melhores mecanismos de combate a serem adotados em determinada região, tendo em vista as particularidades regionais existentes em cada uma. Assim, somente por meio da atuação positiva do Estado na constatação e ataque aos fatores de risco é que essa questão poderá ser superada.

Palavras-chaves: Direito da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos. Direitos Indígenas. Violência sexual.

ABSTRACT

Sexual violence against indigenous children is one of the various forms of systemic violence affecting Brazilian indigenous communities. Its spread across different regions of the country and in villages of different origins reveals not only a persistence that deserves the attention of academia and state bodies, but also the existence of patterns that can help us understand this phenomenon and look for possible ways to tackle it. The identification of these patterns by state entities through multidisciplinary studies is essential for them to be able to choose the best mechanisms to combat it in a given region, taking into account the regional particularities that

¹ Advogada. Doutoranda em Direitos Coletivos e Cidadania na Universidade de Ribeirão Preto. Mestra em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. Bolsista da CAPES. E-mail: marina.camargo@sou.unaerp.edu.br

² Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, Brasil (2023) E-mail: lucasdemarco@usp.br

exist in each one. Thus, it is only through the positive action of the state in identifying and tackling risk factors that this issue can be overcome.

Keywords: Human Rights. Indigenous Rights. Rights of Children and Adolescents. Sexual Violence.

INTRODUÇÃO

Ao se contemplar o panorama geral da sociedade brasileira, resta evidente que determinados grupos sociais estão sujeitos mais frequentemente a diferentes e mais intensas formas de violência e opressão estruturais. Essa desproporcionalidade no que diz respeito à probabilidade de um grupo social ser vítima de diferentes tipos de violência em relação a outro é resultado direto da existência e manutenção de violências sistêmicas ou estruturais, isto é, o emprego institucionalizado da violência pelo poder político como um componente das relações sociais que ao mesmo tempo combate a violência aberta e coíbe a reação à opressão sistêmica, uma vez que esta é camuflada como parte indissociável da “normalidade” imposta pelo status quo (MIGUEL, 2015, p. 33). Assim, a violência sistêmica passa a ser vista, do ponto de vista da manutenção do poder dominante, não apenas como previsível, como também natural e necessária.

Nesse ínterim, grupos sociais historicamente marginalizados são mais uma vez vitimizados na contemporaneidade por expressões diversas da violência estrutural, em um processo que ao mesmo tempo naturaliza e invisibiliza para a sociedade esses episódios de violência (BARROSO, 2021, p. 403).

Dentre esses grupos sociais majoritariamente atingidos pelas formas sistêmicas de violência, as interações entre diferentes marcadores sociais são responsáveis por amplificar ainda mais essas agressões. Sendo assim, ao falarmos, por exemplo, da violência de gênero a um nível institucional, devemos nos atentar para as suas diferentes feições, a depender de outros marcadores sociais que implicam em maiores níveis de desigualdade, como marcadores sociais de raça-etnia, nacionalidade, crença, deficiência e idade (CATOIA; FIRMINO; SEVERI, 2020, p. 3).

No presente estudo trataremos de forma específica da violência, tanto em sua dimensão aberta e não perpetrada pelos entes institucionais, como em sua dimensão estrutural e sistêmica, com foco nos casos de violência sexual que resultam da interseccionalidade entre o pertencimento a grupos étnicos indígenas e a minoridade das vítimas.

Eleonora Pereira da Silva ressalta:

Desde o descobrimento do Brasil a gente vê que nossas crianças indígenas foram estupradas, violentadas. Os portugueses chegaram aqui, usaram as nossas indígenas como objeto sexual para eles (...) O Brasil foi invadido e quebrou-se a liberdade do nosso povo indígena (OLIVEIRA, 2022)

Considerando que a interseccionalidade parte da ideia de que “múltiplas identidades se juntam para produzir formas únicas de discriminação e desigualdade” (SEVERI, 2023, p. 212), compreendemos que esse grupo social em particular, crianças e adolescentes de origem indígena no Brasil, são mais vulnerabilizados e mais suscetíveis à violência em todas as suas configurações, uma vez que essa resulta também muitas vezes das desigualdades e discriminações inerentes aos seus marcadores sociais. Nesse ponto, é importante salientar que a opção por tratar somente da violência de natureza sexual e seus motivadores deu-se tão somente em razão da variedade e complexidade dos tipos de violência que são diariamente praticados contra esses grupos, o que exigiria uma discussão mais aprofundada acerca de cada uma.

2. A VIOLÊNCIAS SEXUAL CONTRA CRIANÇAS INDÍGENAS NO BRASIL

2.1. A Constituição Federal e Legislações correlatas

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 prevê, os direitos e deveres sociais que envolvem a família, a criança e o adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Especificamente em seu parágrafo 4º, leciona que “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Nesta mesma esteira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), também conhecido como ECA, leciona em seu artigo 130 que havendo abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciário poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Bem como seu artigo 244-A determina como

crime submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, prevendo uma pena de reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa, em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé.

Vale ressaltar que, o ECA considera criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Todavia, entre os povos indígenas não há um consenso sobre a fase etária daquela “criança e adolescente”:

Na concepção indígena, na maioria dos povos, não tem, só tem a fase de criança e então já vai pra fase adulta, isso varia de povo para povo e varia de idade também. (MELGUEIRA, 2010)

Por meio do ECA, os Conselhos Tutelares no Brasil foram criados com base em seu artigo 132, o qual expõe:

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Apesar dos Conselhos Tutelares atuarem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, não há uma abordagem específica para os povos indígenas. À vista disso, no dia 25 de abril de 2003, na cidade de Dourados/MS, foi realizado um evento para discutir sobre a possibilidade da criação de um "Conselho Tutelar Indígena", o qual reuniu representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), membros do Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar, bem como entidades governamentais e não governamentais variadas.

Sobre este encontro, Murillo José Digiácomo relata:

Na ocasião, foi relatada a situação problemática - e em alguns casos calamitosa - em que se encontram crianças e adolescentes que vivem nas comunidades indígenas em todo o Brasil, que pelas mais diversas razões se vêem privados de uma série de direitos fundamentais assegurados às crianças e adolescentes em geral tanto pela Lei nº 8.069/90 quanto pela própria Constituição Federal. (...) A iniciativa da proposta de criação de um “Conselho Tutelar Indígena” partiu dos próprios representantes dos povos indígenas, que acreditam ser possível, através da atuação, no âmbito de suas respectivas comunidades, de um órgão como o Conselho Tutelar, garantir a melhoria das condições de vida de suas crianças e adolescentes, proporcionando-lhes, em caráter efetivo, os mesmos direitos e mecanismos de proteção conferidos a toda população infanto-juvenil do País (DIGIÁCOMO).

Ainda não há Conselho Tutelar Indígena, todavia, considera-se o evento um ponto de partida para o debate acerca da criação deste novo órgão especializado.

Antes mesmo da nossa Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, em 05 de dezembro de 1967, surge a Lei nº 5.371 a qual autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Com nomenclatura alterada em janeiro deste ano, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, como órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro vinculado ao Ministério dos Povos Indígenas, tem a função de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, coordenando e implementando políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatado, além de estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social, e contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

Internacionalmente tratando dos direitos das crianças indígenas no Brasil, podemos aplicar a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos do Povos Indígenas de 2008, o qual leciona, em seu artigo 7, que “os indígenas têm direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança pessoal (item 1) bem como “têm o direito coletivo de viver em liberdade, paz e segurança, como povos distintos, e não serão submetidos a qualquer ato de genocídio ou a qualquer outro ato de violência, incluída a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo” (item 2).

Importante ressaltar o artigo 22, que declara:

Os Estados adotarão medidas, junto com os povos indígenas, para assegurar que as mulheres e as crianças indígenas desfrutem de proteção e de garantias plenas contra todas as formas de violência e de discriminação.

A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo um dos principais objetivos da lei da escuta protegida “evitar a revitimização de crianças e adolescentes no âmbito dos atendimentos prestados pelas instituições que integram o sistema de garantia de direitos” (CNJ, 2023), considerando quatro formas de violências: física, psicológica, sexual e institucional, podendo a sexual abranger as situações de abuso, estupro, exploração sexual e tráfico de pessoas.

2.2. Dados do IBGE sobre a população indígena

No dia 07 de agosto de 2023 foram divulgados os primeiros dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio da Funai, sobre os povos indígenas. A pesquisa aponta que "a população indígena do país chegou a 1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% do total de habitantes", e 51,2% destes estão concentrados na Amazônia Legal (IBGE, 2023), região formada pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. A variação positiva de 2010 para 2022 é de 88,82%.

As regiões Norte e Nordeste concentram 75,71% dos indígenas do país. Além disso, identificou-se que 63,3% dos indígenas vivem fora das Terras Indígenas. Os dois estados com maior número de pessoas indígenas, Amazonas (490,9 mil) e Bahia (229,1 mil), concentravam 42,51% do total dessa população no país (IBGE, 2023).

Além disso, por este mesmo Censo, estima-se que 68,6 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos de idade residiam no Brasil, sendo que a Região Sudeste, a mais populosa do país, concentra pouco menos de um em cada três (29,9%) crianças e adolescentes dessa faixa etária. Entretanto, na proporção regional, a Região Norte apresenta a maior concentração de crianças e adolescentes em relação à sua população, superando 41,6% de seus residentes (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2023).

Nesta proporção, crianças e adolescentes indígenas no Brasil - de 0 e 19 anos de idade - correspondem a 0,6% do total da população brasileira, sendo na Região Norte 2,5%, no Centro-Oeste 1,4%, no Nordeste e Sul 0,4% e no Sudeste 0,1%. Ressalta-se que as diferenças verificadas entre a soma das regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais em 29 municípios do Brasil, 23 da Região Norte, cinco da Região Nordeste e um da Região Sul (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2023).

Em uma estimativa total no país, tem-se que, das crianças indígenas de 0 a 19 anos, elas estão presentes na seguinte distribuição: na Região Norte 188.838, Nordeste 89.866, Centro-Oeste 77.612, Sul 34.776 e Sudeste 29.416. Sendo no total no Brasil 412.146 crianças e adolescentes indígenas (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2023).

Verifica-se, portanto, que, apesar do baixo número de crianças e adolescentes indígenas na proporção Brasil, elas representam 412.146 pessoas do país, o que requer tratativas e cuidados específicos baseados na faixa etária, no território e no seu povo.

2.3. A violência sexual contra crianças e indígenas no Brasil

De acordo com levantamento do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, de janeiro a março de 2023, o Disque 100 registrou 2.846 violações de direitos humanos contra povos indígenas recebendo, no total, 430 denúncias de violações de diferentes etnias (PIMENTEL, 2023). Segundo o ouvidor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Bruno Renato Teixeira:

[...] a maioria sobre falta de atendimento médico, melhoria nas escolas, ausência de transporte e violência contra lideranças indígenas relacionadas à demarcação de territórios tradicionais e conflitos fundiários.

Infelizmente, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública constatou que, de 2019 para 2021, o número de crimes de estupro de vulnerável - meninas de 13 anos, subiu de 53,8% para 58,8%. Sendo 0,4% de meninas indígenas, 49,7% meninas brancas, 49,4% negras e 0,5% amarelas (FÓRUM, 2022).

Conforme anteriormente discorrido, o legislador brasileiro não deixou de demonstrar, a partir do marco da CF/1988, esforços no sentido de tentar blindar a criança e o adolescente de abusos e formas de exploração. A coexistência desses diplomas legais com outros já previamente existentes relativos à proteção dos povos indígenas, bem como novos dispositivos dessa temática implementados a partir de 1988, em tese, deveriam ter como efeito estatísticas positivas no que diz respeito à consecução dos direitos das crianças indígenas e, notadamente, na sua defesa contra a violência sexual. No entanto, não é preciso mais do que uma rápida pesquisa por ferramentas de busca virtual para que se constate a recorrência de crimes dessa natureza.

A frequência com que se são relatados casos de abuso sexual contra menores de idade em aldeamentos ou ainda, em zonas urbanas, mas contra crianças de origem indígena, tem chamado a atenção tanto do poder público regional dos locais mais afetados por ocorrências desse tipo, quanto da academia, que tem se debruçado nos últimos anos a tentar entender as causas que motivam não apenas a persistência desses crimes, como as circunstâncias que podem ensejar em sua maior incidência, não obstante a sua tipificação e aumento de dispositivos legais que visam a proteção desses grupos vulneráveis.

O número preocupante de denúncias de crimes sexuais praticados contra crianças indígenas no município de Altamira, Pará, motivou a criação em 2012 de uma Subcomissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Contexto

dos Povos Indígenas e Comunidades Ribeirinhas, no âmbito da já existente Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (OLIVEIRA, 2016, p. 1179). A preocupação com os índices crescentes desse tipo de violência também pôde ser observado em municípios do Mato Grosso do Sul, Estado no qual foi possível perceber uma intensificação na produção de literatura científica sobre o tema, vide o trabalho de Pacheco (2011), Nascimento (2014), Cheuiche de Oliveira e Eremites de Oliveira (2019), e Staliano, Kaneko e Montardo (2022).

A partir dessa observação, concluímos que a discussão sobre o tema tem se dado de forma cada vez mais intensa em regiões com maior proporção de povos indígenas, e tem gerado um crescente debate acerca de quais seriam as raízes e circunstâncias causadoras mais frequentes da violência sexual contra crianças indígenas. Os estudos realizados nessas regiões nos apontam, a partir da coleta de dados empíricos, alguns pontos que caracterizam essa violência.

Staliano, Kaneko e Montardo (2022), a partir dos Relatórios de Violência Indígena elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário entre os anos de 2015 e 2020, observam que, para a região de Dourados-MS, 90% dos crimes dessa natureza ocorreram dentro de reservas indígenas, 88% deles foram praticados contra meninas, e 94% possui natureza intrafamiliar, tendo sendo perpetrado por indivíduo com vínculo de parentesco direto com a vítima. Além disso, os casos analisados pelos pesquisadores apontam a preponderância do álcool e uso de drogas como um fator de risco envolvido na maioria dos crimes, além da existência muitas vezes de uma cultura de estupros coletivos contra mulheres indígenas, prática essa considerada anormal pelos próprios aldeões, mas que se reproduz de forma reiterada em razão de uma herança histórica do processo colonizatório, no qual homens europeus utilizavam do estupro como recurso legítimo para se demonstrar a posse sob determinado escravizado ou escravizada.

De forma similar, foi observado em Altamira-PA, no âmbito de atuação da supracitada Subcomissão, uma correlação entre o aumento de crimes sexuais e o aumento do consumo de álcool e drogas nas aldeias. Além disso, constatou-se na região ocorrências praticadas por não-indígenas em territórios demarcados e seus entornos. Isso ocorre devido à alta incidência de homens de fora da aldeia nessas áreas em razão de obras e serviços de manutenção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a prática de garimpo (OLIVEIRA, 2016, p. 1180).

Assim, resta evidente que, resguardadas as eventuais particularidades regionais e culturais que permeiam essa violência, alguns caracterizadores perpassam esses episódios por

todo o país. O uso abusivo do álcool e substâncias entorpecentes, bem como a proximidade a garimpos e grandes obras são alguns denominadores bastante comuns nesses casos de violência, e a sua identificação enquanto fatores de risco nos convida a buscar por soluções, ou ao menos, por caminhos possíveis no combate a essas formas de violências.

2.4. O combate à violência sexual contra crianças indígenas: caminhos possíveis

Ainda que as comunidades indígenas gozem de certo grau de autodeterminação e a manutenção da cultura e tradição locais sejam aspectos importantes da vida nessas aldeias, o Estado não pode se isentar de intervir quando detectado nelas situações de violência, sobretudo quando estas atingem a população mais vulnerável de qualquer meio social, as crianças e adolescentes.

Segundo Watatakalu Yawalapiti, liderança que encabeça o Movimento das Mulheres Indígenas do Xingu, a violência doméstica nas aldeias é um assunto que deve deixar de ser visto como de ordem privada, uma vez que é de interesse comunitário e social:

Muito difícil fazer com que as pessoas entendam que quando a gente fala de violência, não estamos falando de brigar entre nós, mas sim que queremos conversar sobre o problema [...] Falar sobre pessoas que bebem e são violentos dentro de casa. E, para isso, tem que ter muita conversa e mostrar que se a mulher tá bem, a família vai estar bem porque quando uma mulher é violentada a comunidade toda é afetada (CAVALCANTI; WITT, 2022, p. 111).

Assim, um caminho não apenas possível, como também necessário, é que o Estado tome ações positivas no enfrentamento dessas formas de violências, implementando práticas que levem em consideração os fatores de risco comumente presentes nos casos de violência observados dentro de determinada comunidade.

Ao tratar de mecanismos de enfrentamento da violência sexual contra mulheres indígenas que podem ser adotados pelo Estado, Cavalcanti e Witt (2022, p. 114), menciona um projeto realizado em uma aldeia em Roraima, no qual foi oferecida pela rede pública “qualificação continuada, por meio de oficinas dirigidas aos alunos indígenas, professores indígenas, agentes de saúde indígenas e lideranças visando o enfrentamento aos ilícitos contra a dignidade sexual”. A ideia de conscientizar a população indígena para a temática em questão coaduna com o exposto por Assis (2020, p. 269), ao tratar das experiências de uma rede de apoio em Maringá que trabalha com os povos *Kaingang*, o qual verificou a necessidade “formação continuada para os servidores [...] da rede de proteção sobre as temáticas da história,

cultura e direitos dos povos indígenas, assim como Antropologia da Criança, políticas sociais e informações sobre o povo *Kaingang*”, o que demonstra que a conscientização e formação acerca da temática deve antes ser trabalhada nos agentes e instituições estatais que atendem essas populações.

Ademais, não devemos nos esquecer que propostas de combate à violência sexual infantojuvenil em comunidades indígenas precisam sempre levar em consideração as particularidades regionais de uma região, uma vez que essas se mostram especialmente sobressalentes quando pautadas questões interseccionais ao direitos dos povos indígenas, como bem apontam Vieira, Oliveira e Sákora (2017, p. 145):

Políticas sociais públicas destinadas ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes devem considerar as particularidades expressas no “processo de colonização” do território amazônico, em especial, os impactos destrutivos da exploração predatória da região norte do país. O produto histórico da forma de ocupação dos espaços urbanos e rurais, durante a “política de colonização” da Amazônia, gerou diversas desigualdades socioespaciais que são resultantes da violência histórico-estrutural desencadeada por uma formação social assentada em relações assimétricas, na disputa pela terra e pelo mando, na extração devastadora da flora e fauna amazônica e na exploração e opressão dos povos da floresta.

Dado o exposto, tem-se que a atuação do Estado no combate à violência sexual contra a criança indígena é um dos imperativos à superação dessa problemática, e deve se dar de forma planejada, por meio de estudos prévios com o auxílio de equipes multidisciplinares, a fim de que sejam pautadas, de fato, todas as vulnerabilidades e condições especiais que envolvem esse grupos social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as crianças e adolescentes indígenas brasileiras sofrem uma violência sexual histórica, silenciosa e invisibilizada. Há uma escassez de recursos legais específicos a serem adaptados à realidade das comunidades indígenas. O país ainda possui rastros do seu processo colonial e o mantém, principalmente no tocante às estruturas que sustentam machismo, racismo, pedofilia, xenofobia, exploração sexual e disputas territoriais.

Por certo, o caminho para extinguímos ou, ao menos, reduzirmos os altos índices de violência sexual infantojuvenil indígena é a atuação direta do Estado neste combate, utilizando-se de ferramentas acertivas para, de fato, trazer efeitos positivos dentro desta histórica realidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. **Violência estrutural: mediações entre o matar e o morrer por conta.** Revista Katálysis, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 397-406, ago. 2021. UNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e78029>>. Acesso em: out. 2023.

CATOIA, Cinthia de Cassia; FIRMINO, Inara Flora Cipriano; SEVERI, Fabiana Cristina. **Caso “Alyne Pimentel”: violência de gênero e interseccionalidades.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-11, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n160361>>. Acesso em: out. 2023.

CAVALCANTI, Denise Abreu; WITT, Vívian Santos. Violência sexual: o dever de cuidado ou o respeito as tradições indígenas?. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**, Umuarama, v. 25, n. 1, p. 105-116, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/juridica/article/view/9122>>. Acesso em: out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.** 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/manual-de-depoimento.pdf>>. Acesso em: out. 2023

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Conselho Tutelar Indígena.** Ministério Público do Paraná. Criança e do Adolescente e da Educação. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/doutrina/conselho_tutelar_indigena.pdf>. Acesso em: out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>>. Acesso em: out. 2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil.** 2023. ed. 1. Disponível em:

<https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/035/original/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2023.pdf.pdf?1678125969#:~:text=Obrigado%20e%20boa%20leitura!&text=A%20partir%20da%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20dos,residiam%20no%20Brasil%20naquele%20ano>. Acesso em: out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas.** Publicado em 07.08.2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>>. Acesso em: out. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **Violência e política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 29-45, jun. 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HWjmHhdvmbTkk8qLrwnKzm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: out. 2023.

MELGUEIRA, Edilson. **Infância e adolescência dos índios - A diversidade de etnias. Reportagem especial.** Rádio Câmara dos Deputados. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/345711-infancia-e-adolescencia-dos-indios-a-diversidade-de-etnias-0518/>>. Acesso em: out. 2023

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. Múltiplas vitimizações: crianças indígenas kaiowá nos abrigos urbanos do mato grosso do sul. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 265-292, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200011>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/H5QpJHCnyCCvKVYbszcJdSP/?lang=pt>>. Acesso em: out. 2023.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Violência sexual, infância e povos indígenas: ressignificação intercultural das políticas de proteção no contexto das indígenas crianças. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1177-1190, 1 jul. 2016. Fundacion Cinde. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.14220041115>. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/r/rlcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2599>. Acesso em: out. 2023.

OLIVEIRA, Beatriz de. **A violência do garimpo contra meninas e mulheres indígenas no Brasil.** Publicado em 23.05.2022. Estadão. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/a-violencia-do-garimpo-contra-meninas-e-mulheres-indigenas-no-brasil/>>. Acesso em: out. 2023.

OLIVEIRA, Victoria Georgia Cheuiche de; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Violência sexual contra crianças e adolescentes na reserva indígena de Dourados, Aldeias Jaguapiru e Bororó, Estado de Mato Grosso Do Sul, Brasil. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 197-220, 27 ago. 2019. Pontificia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v17i1.7232>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7232>. Acesso em: out. 2023.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. **A violência contra os povos indígenas: uma estrutura invisível que impõe a fronteira entre a vida e morte.** 2011. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/rosely_aparecida_stefanos_pacheco.pdf> Acesso em: out. 2023.

PIMENTEL, Carolina. **Disque 100 registra mais de 2,8 mil violações contra indígenas.** Publicado em 27.04.2023. Agência Brasil: Brasília. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/disque-100-registra-mais-de-28-mil-violacoes-contraindigenas>>. Acesso em: out. 2023

SEVERI, Fabiana Cristina (org). **Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira.** Ribeirão Preto: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, 2023. Disponível em <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1018>>. Acesso em: out. 2023.

STALIANO, Pamela; KANEKO, Adriana Yuri; MONDARDO, Marcos. Violência Sexual Infantojuvenil Indígena: da vulnerabilidade social à articulação de políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1436-1457, 15 dez. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2022.71745>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/71745/44156>. Acesso em: out. 2023.

VIEIRA, Monique Soares; OLIVEIRA, Simone Barros de; SÓKORA, Caroline Almeida. A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região norte do Brasil. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 26, p. 136-151, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/126/88>. Acesso em: out. 2023.

Submetido em 16.10.2023

Aceito em 19.10.2023